

ACTA NÚMERO 21/08 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO EXECUTIVO
REALIZADA NO DIA 27 DE OUTUBRO DE 2008.

-----Aos vinte e sete dias do mês de Outubro do ano de dois mil e oito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se uma reunião extraordinária da Câmara Municipal, sob a presidência do Sr. Vice-Presidente JORGE HENRIQUE FERNANDES ALMEIDA, uma vez que o Sr. Presidente da Câmara Municipal se encontra em Lisboa ao serviço do município, e com a presença dos Srs. Vereadores MARIA PAULA GRAÇA CARDOSO, JOAO CARLOS GOMES CLEMENTE, ELSA MARGARIDA MELO CORGA e ANTÓNIO MANUEL DE ALMEIDA TONDELA. -----

----- Esteve presente para a secretariar, CARLOS MANUEL BARROSO BARREIRA GUERRA, Director do Departamento Administrativo e Financeiro. --

----- Eram dezassete horas quando o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- **FALTAS** – Foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta dada pelo Sr. Vereador CARLOS FILIPE CORREIA ALMEIDA que, por motivos profissionais, não pode participar na reunião. -----

----- **IMPOSTOS MUNICIPAIS** -----

----- **TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS** -----

----- Principiando os trabalhos a Câmara Municipal analisou e deliberou aprovar a proposta que se segue: -----

----- “O nº 5 do art. 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) dispõe que compete à Assembleia Municipal fixar a taxa do imposto sobre prédios urbanos e prédios urbanos avaliados já segundo os critérios determinados neste código, dentro dos intervalos aí previstos, respectivamente de 0,4% a 0,8% e 0,2% a 0,5%. -----

----- De acordo com a alínea a) do nº 6 do artigo 64º e da alínea f) do nº 2 do art. 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deve o executivo municipal propor à Assembleia as taxas do imposto a aplicar. Nestes termos e atendendo aos crescentes níveis de responsabilização autárquica perante os munícipes e o necessário reforço da capacidade financeira do Município, propõe-se à Câmara Municipal que delibere submeter à apreciação e decisão da Assembleia Municipal a fixação das seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, a

aplicar no próximo ano de 2009: -----

----- Prédios urbanos: 0,7%; -----

----- Prémios urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,4%.” -----

----- Esta deliberação foi tomada por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Paula Cardoso e António Tondela e o voto de qualidade do Sr. Vice-Presidente, que presidia à reunião, que foi necessário nesta votação devido à ausência momentânea, por razões de serviço, da Sr.^a Vereadora Elsa Corga. Os Srs. Vereadores Paula Cardoso e António Tondela justificaram a sua votação por motivos sociais, por entenderem que as famílias estão bastantes empobrecidas tendo constatado isso, nomeadamente aquando das reuniões realizadas nas freguesias, em que foram feitas várias queixas de munícipes acerca das dificuldades que sentem para pagar este imposto. Na opinião destes dois Srs. Vereadores, a Câmara Municipal poderia baixar este imposto como sinal da sua preocupação social com os munícipes. -----

----- Relativamente a este assunto o Sr. Vice-Presidente lembrou as várias obras necessárias no concelho e informou de algumas medidas que a Câmara tem vindo a fazer para melhorar a situação social dos munícipes, referindo, nomeadamente, o preço da água que se tem vindo a manter nos mesmos valores há algum tempo. -----

----- **PATRIMÓNIO MUNICIPAL** -----

----- **DESAFECTAÇÃO DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO E SUA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO.** -----

----- Continuando os trabalhos a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 53º e alínea a) do nº 6 do art. 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção conferida pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter à apreciação e decisão da Assembleia Municipal a desafecção do domínio público municipal e integração no domínio privado da autarquia, de uma parcela de terreno, assinalada em planta que foi presente, com a área total de 804m², actualmente ocupada com parte da Rua do Raso, no Covão, Freguesia de Valongo do Vouga, para posterior permuta com terreno confinante a sul, onde será executado o novo traçado desta Rua. -----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **DISCUSSÃO PÚBLICA SOBRE O IMPACTE AMBIENTAL DA FUTURA A32/IC2 – TROÇO COIMBRA/OLIVEIRA DE AZEMÉIS.** -----

----- No prosseguimento da reunião a Câmara deliberou, por unanimidade, remeter à próxima sessão extraordinária da Assembleia Municipal, para apreciação e discussão, o projecto do Impacte Ambiental da Futura A 32/IC2 – Troço Coimbra/Oliveira de Azeméis. -----

----- **EDUCAÇÃO** -----

----- **ADIANTAMENTO DE VALORES AOS PARCEIROS, PARA PAGAMENTO DE PESSOAL AUXILIAR DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA, NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR.** -----

----- A seguir a Câmara Municipal tomou conhecimento, através de informação técnica discriminativa, de que os valores a adiantar aos parceiros, para pagamento de pessoal auxiliar da componente de apoio à família, no ensino Pré-Escolar, atingem o montante de 63.617,39 €. -----

----- Eram dezoito horas e dez minutos quando o Sr. Vice - Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que eu,
Director de Departamento, redigi e subscrevo. ---